



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO  
CLIPPING – JORNAIS IMPRESSOS

Correio de Sergipe – 25 de outubro de 2019

Manchas de óleo

# Praias: MPE recomenda suspensão de propaganda de balneabilidade

DE ACORDO COM A ADEMA, DIANTE DA AUSÊNCIA DE ANÁLISE PRECISA DA ÁGUA, ESTÁ SUSPENSA QUALQUER PUBLICIDADE

**D**esde quando as primeiras manchas de óleo atingiram o litoral sergipano, muita gente ficou e ainda está sem saber se pode ou não tomar banho de mar. Como ainda não se sabe a origem dessa substância oleosa e os danos que pode causar à saúde da população, a promotora Euzá Missano, da Promotoria de Justiça dos Direitos do Consumidor, do Ministério Público do Estado (MPE), orientou o governo do estado a não fazer propaganda sobre a balneabilidade das águas das praias atingidas pelas manchas de petróleo.

A recomendação foi passada à Administração Estadual do Meio Ambiente (Adema), durante audiência realizada ontem (24), com a participação, inclusive, de órgãos como Vigilância Sanitária, Companhia de Saneamento de



Recomendação do Ministério Público Estadual foi passada ontem, em reunião

Sergipe (Deso), Empresa Municipal de Serviços Urbanos de Aracaju (Emsurb) e Instituto de Tecnologia e Pesquisa de Sergipe (ITPS).

De acordo com a promotora, a balneabilidade é diferente da condição própria para banho, principalmente com a presença da substância derivada de petróleo que vem sujando as praias de Sergipe e de todo o Nordeste desde o dia 2 de setembro.

"Pedimos para suspender esse tipo de propaganda, pois parecer, a quem está assistindo à mensagem, que está tudo bem e que não há perigo. Existe problema, é visível e a gente precisa estar preocupado com relação a qualquer dano. Dizer que há balneabilidade implica numa falsa segurança,

e nós não temos certeza", esclareceu Euzá, referindo-se ao comercial do governo garantindo à população sergipana de que a água do mar está em condições para banho, sem ter evidências laboratoriais contundentes.

Nessa reunião, ficou definido que a Universidade Federal de Sergipe (UFS) fará a análise da água e da areia, além de pescados e mariscos, num prazo de dez dias. "Nós sabemos da contaminação externa, mas não sabemos da interna. A UFS fará isso. Mais adiante, poderemos apresentar com segurança ao cidadão se há condição propícia para banho".

#### Impactos

Durante a audiência, a Adema informou que todos os procedi-

mentos para minimizar o impacto sobre a população vêm sendo adotados, e que, diante da ausência de análise precisa das águas das praias atingidas, foi suspensa qualquer publicidade a respeito do uso pelos cidadãos, inclusive informações atestando sobre a balneabilidade.

A Adema também informou que não há registro de mortandade de peixes, crustáceos, mas apenas de contaminação externa, bem como equipamentos de pescas, a exemplo de redes.

#### Água potável

A Deso também foi questionada pelo MPE sobre uma possível contaminação da água que é fornecida à população, nas áreas de captação. A companhia disse que "vem realizando as análises regulares, inclusive de orgânicos, incluindo os itens óleos e graxas, não tendo sido detectado até o presente momento quaisquer inadequações".

Disse ainda ter instalado redes de proteção nas captações flutuantes do Rio São Francisco, em Brejo Grande e em Ilha das Flores, como tentativa de conter o avanço do produto.

**DESO INSTALOU PROTEÇÃO NAS CAPTAÇÕES FLUTUANTES DO RIO SÃO FRANCISCO, EM BREJO GRANDE E EM ILHA DAS FLORES**

**ain<sup>o</sup>**  
Lá vai, onde o olho  
Acabou:  
www.ain1.com.br